MAGAZINE EUROPA Catarina Domingues
25 Julho 2017

I.

O presidente da Polónia vetou a polémica reforma que dava poder ao governo para decidir sobre assuntos da justiça. A União Europeia já tinha ameaçado a suspensão dos direitos de voto do país no bloco comunitário.

Governo venezuelano quer criar assembleia constituinte para reescrever a constituição. Nesta edição analisamos informações contraditórias sobre a posição de Lisboa em relação à aplicação de sanções europeias a Caracas.

União Europeia autorizou Estados-membros a restringirem venda de barcos insufláveis e motores fora de borda à Líbia. Esta é mais uma tentativa de travar o tráfico de refugiados pelo Mediterrâneo.

II.

Bem-vindos ao Magazine Europa,

Na Polónia, o presidente ouviu as exigências da população e vetou a reforma aprovada pela câmara baixa do parlamento de Varsóvia. Uma reforma que permitia ao executivo decidir sobre matérias de justiça. Mais com a jornalista Sofia Jesus.

A Polónia voltou a desafiar a Europa. A câmara baixa do parlamento do país aprovou uma reforma que atribuía ao Governo polaco poder para decidir sobre assuntos da justiça.

De acordo com uma reforma, o executivo de Varsóvia passaria a ter influência no processo de selecção de magistrados e na nomeação dos presidentes dos tribunais.

Bruxelas ameaçou desde logo accionar o artigo 7.º do Tratado da União Europeia e suspender os direitos de voto da Polónia.

Franz Timmermans, vice-presidente da Comissão Europeia mostrou-se preocupado.

Franz Timmermans, Vice-presidente comissão europeia
Cada lei, se adoptada, iria erodir seriamente o sistema judicial polaco. Colectivamente, aboliriam qualquer independência judicial restante e colocariam o sistema sob total controlo político do governo.

Também milhares de pessoas saíram às ruas da capital e de outras cidades polacas para se manifestaram contra a aprovação da câmara baixa.

Manifestante (homem):
As eleições foram democráticas, mas o governo quebra a lei, viola a constituição e a democracia na Polónia está virtualmente a morrer.

Já o governo polaco sublinhou a importância das medidas importantes para agilizar o sistema judicial e lutar contra a corrupção no país. A primeira-ministra Beata Szydlo disse mesmo que não ía permitir interferências.

Beata Szydlo, primeira-ministra polaca
Temos a visão da mudança. Daí que o nosso trabalho seja rápido e decisivo. Não cederemos a pressão. Não permitiremos que os defensores da elite estrangeira e polaca nos intimidem.

Mas ontem o presidente polaco Andrzej Duda vetou a reforma. Numa declaração transmitida pela televisão, o Chefe de Estado disse que estas leis não iriam reforçar o sentimento de justiça na sociedade.

Ao telefone a partir de Bruxelas está Victor Ângelo, comentador residente do Magazine Europa e consultor internacional baseado na capital belga.

ME: Victor esperava-se este veto presidencial?
VA: *Eu creio que sim, porque a pressão da rua era enorme e, antes do veto, a juventude da Polónia associou-se às manifestações o que, até agora, não tinha acontecido. De repente passou a ser não só a parte mais estabelecida, digamos assim, da sociedade polaca, mas também a parte mais jovem a ser contra esta tentativa de violação do Estado de Direito, ou seja, a pressão e as mensagens vindas da rua eram muito fortes. Por outro lado, essas mensagens eram amplificadas pela posição tomada pela Comissão Europeia. Quer a população da Polónia, quer o Estado de Direito e, sobretudo, a Comissão Europeia saem fortalecidas desta crise com o governo polaco.*

ME: No entanto, este é um novo braço de ferro entre Bruxelas e a Polónia.
VA: *Eu penso que o governo polaco vai continuar a tentar pôr em prática a política que vinha seguindo. Eles vão continuar a tentar controlar o sistema de justiça da Polónia e, muito provavelmente, irão encontrar uma maneira cosmética de resolver as objecções que o presidente Duda levantou e, com essa maneira cosmética, vão*

tentar mostrar quer ao presidente quer às instituições europeias que fizeram um esforço de remodelação da legislação. Mas na verdade eu penso que este é um governo extremamente reaccionário, é um governo muito autoritário, muito nacionalista e, provavelmente, vai continuar na mesma linha, embora de uma maneira mais subtil.

ME: E o que é que significa accionar o artigo 7. O que é o artigo 7?
VA: *O artigo 7 prevê que se um país não está dentro daquilo que é a legalidade democrática europeia, se não respeita a separação dos poderes, as liberdades individuais, a liberdade de imprensa, a independência da justiça - e tudo isto está acontecer neste momento na Polónia de uma maneira ou outra - se um país não aceita isso, o artigo 7 prevê que esse país seja suspenso dos encontros políticos europeus ao mais alto nível. O artigo 7 é uma espécie de isolamento político do governo que está a ser posto em causa.*

ME: Victor, em relação ainda a este tema, o estado de direito devia ser uma das marcas fortes da União Europeia. O que é que representa para a Europa este estado de coisas?
VA: *Isto representa várias coisas, uma delas é um crescer do nacionalismo, ou seja, as posições nacionalistas em vários países europeus e não só na Europa de Leste, mas sobretudo na Europa de Leste. Por outro lado, na Europa de Leste, nomeadamente, existe uma cultura política autoritária que vem dos tempos dos regimes comunistas e que não pode ser de modo algum ignorada. Por isso, nós temos de combater todas as tentativas autoritárias, seja qual for a inspiração dessas teorias. E, por outro lado, também aquilo a que estamos a assistir, nomeadamente na Polónia, é um fundamentalismo católico muito forte que marca, digamos assim, a maneira como se encara a vida política e a organização do Estado no caso da Polónia.*

III.

E na Venezuela, a situação em Caracas continua a ferro e fogo. O Governo quer estabelecer uma assembleia constituinte para reescrever a Constituição. Oposição e forças de segurança têm feito defizeram de Caracas um autêntico campo de batalha. A intenção gerou também forte oposição de Washington e Bruxelas. De acordo com uma notícia avançada pelo jornal espanhol *El País*, Portugal seria o único dos 28 estados membros da União Europeia a manifestar a intenção de votar contra a imposição de sanções à Venezuela.

Mas o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa desmentiu a notícia. Portugal não se opôs, garantiu Augusto Santos Silva, pela simples razão da questão não ter sido discutida entre os Estados-Membros.

Federica Mogherini, Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e Segurança afirmou a hipótese de sanções ao regime de Caracas. E o presidente Nicolas Maduro não gostou:

Nicólas Maduro, Presidente da Venezuela.
Federica Mogherini, a chanceler da União Europeia, veio hoje dar ordens ao Governo da Venezuela…Insolente! Que é que acham, que ainda estamos em 1809, quando recebíamos ordens dos impérios europeus?

Maduro insiste na convocação da Assembleia constituinte. Defende que esta é a única forma de ajudar o país a ultrapassar a crise económica e política.

ME: Victor, faz sentido avançar com sanções à Venezuela. E que leitura é que faz das notícias contraditórias sobre a posição do governo português sobre esta matéria?
VA: *Eu penso que a UE tem de marcar uma posição em relação à Venezuela, por um lado porque as relações entre a Europa e a América Latina são importantes, quer para a Europa, quer para a América latina e essas relações devem estar baseadas nas leis internacionais e, nomeadamente, no respeito pelos valores democráticos. A aprovação de sanções em relação à Venezuela não seria um caso excepcional. A UE tem aprovado sanções em relação a outros estados que não seguem o regime democrático, não respeitam os valores que correspondem os direitos humanos. Por isso, em relação à Venezuela seria possível e seria em certa medida aceitável que houvesse algum tipo de sanções inteligentes, ou seja, sanções selectivas que visassem determinadas personalidades do regime e que de modo algum pudessem pôr em causa a situação política que já está bastante complicada.*
No que diz respeito à posição portuguesa é uma posição muito difícil, na medida em que Portugal tem na Venezuela uma grande colónia de portugueses e de luso descendentes e esses portugueses têm estado numa situação relativamente difícil, na medida em que muitos deles viviam em condições económicas relativamente desafogadas e são evidentemente alvos de ataques, quer ataques políticos, quer ataques criminosos. A obrigação do governo português é, acima de tudo, proteger os direitos e a vida dessas pessoas.

ME: De uma maneira geral qual é a eficácia de sanções económicas contra um estado que está em crise?
VA: *Se as sanções forem feitas de um modo inteligente, ou aquilo que nós chamamos em inglês "smart sanctions", se forem sanções que visem determinadas personalidades do regime, têm algum impacto. Por outro lado, se, além das sanções visando personalidades, houver um determinado tipo de sanções económicas muito selectivas que visem aspectos estratégicos da economia desse país, como por exemplo, no caso da Venezuela, se essas sanções forem relacionadas, por exemplo, com equipamentos na área da extracção do petróleo, é evidente que isso acaba por ter um impacto político. Aliás, o exemplo mais recente de um impacto político positivo no que diz respeito a sanções, diz respeito às sanções contra o Irão. O Irão foi forçado a negociar um acordo nuclear com base no facto de que as sanções estavam a ter algum impacto nas condições de vida das pessoas do Irão e, nomeadamente, na economia do regime, que é a economia que serve de pilar de sustentação à continuação da elite política do Irão. Por isso, as sanções podem ter um efeito positivo, também tem havido no passado exemplos de sanções com efeitos negativos, é evidente.*

IV.

A UNICEF defende que o novo código de conduta para as ONGs que ajudam os migrantes nas travessias para a Europa "pode pôr em risco muitas vidas, sobretudo de crianças". E enquanto se discute este novo código, a União Europeia autorizou Estados-membros a restringirem venda de barcos insufláveis e motores fora de borda à Líbia. Esta é mais uma tentativa de travar o tráfico de refugiados pelo Mediterrâneo. Notícia de Pedro Galinha.

A UNICEF junta-se a um coro de críticas que se opõe à criação de um código de conduta para as ONGs que socorrem migrantes.

O objectivo deste código é regulamentar operações de resgate no Mediterrâneo, onde a guarda costeira italiana, as patrulhas de fronteira europeias e as ONGs socorrem os migrantes que chegam a bordo de embarcações.

À luz do código proposto por Itália e também outros países europeus, os barcos das ONG seriam impedidos de entrar em águas líbias para trabalhos de resgate. Também não poderiam estabelecer ligações telefónicas ou disparar sinais de emergência para indicar a localização que têm a a barcos com migrantes a bordo e em dificuldades.

Entretanto também a União Europeia autorizou os Estados-membros a restringirem a venda de barcos insufláveis e motores à Líbia. Isto se houver razões para acreditar que estes vão ser usados por traficantes.
Desde o início do ano chegaram a Itália por mar cerca de 80.000 refugiados e migrantes. Só nos últimos cinco dias de Junho foram 11 mil. Desde Janeiro, já perderam a vida 2000 pessoas. A grande maioria era originária da África subsariana e embarcou na costa da Líbia.

ME: Victor, faz sentido um código de conduta para as ONGs?
Penso que sim. Penso que é importante que as ONGs tenham um conjunto de regras dentro das quais devem actuar. Simplesmente tudo depende de que tipo de regras estamos a falar. Se as regras forem regras que permitam aos estados fazer respeitar determinados princípios internacionais, e nomeadamente questões de soberania, mas por outro lado não ponham em causa as operações humanitárias, é evidente que nessa situação as regras podem ser aceites.

ME: E é um sinal de desespero esta proibição da venda de barcos à Líbia por parte da UE?
VA: *Este é um sinal de que neste momento a situação está fora de controlo. A União Europeia conseguiu formar cerca de 133 guardas costeiros líbios, neste momento estão em formação 75 guardas costeiros da Líbia, mas a realidade é que esta maneira de fazer as coisas, ou seja, a formação deste tipo de pessoal, não responde de modo algum a problema que é extremamente complexo e que vai muito para além da Líbia. A minha sugestão tem sido sempre de que que é preciso actuar muito mais ao Sul, no Níger e nos países da África Ocidental, porque é aí que estão as redes dos traficantes de pessoas, é também aí que há enormes problemas de governação enormes problemas de conflitos e também vastíssimas dificuldades em termos do desenvolvimento económico e social e nomeadamente do emprego. E são essas questões que empurram cada vez mais jovens africanos para a emigração e para a travessia extremamente perigosa do Mediterraneo.*

V.
Victor Ângelo, comentador residente do Magazine Europa, baseado na capital belga.

E esta semana deixamos-lhe sugestões de cinema. A lista é da BBC, que seleccionou cinco filmes alternativos, fora do mainstream.

(começa trailer de Baby driver)

MAGAZINE EUROPA Catarina Domingues
25 Julho 2017

Começamos com Baby Driver.
Nome em Portugal: Alta Velocidade

É um filme de Edgar Wright, uma história que mistura música, carros e roubos.

Baby é Ansel Elgort, especialista em conduzir carros de fuga depois de assaltos. Vai conhecer a mulher dos seus sonhos, Debora protagonizada por Lily James. É o possível escape …para deixar para trás a vida ligada ao crime.

Baby Driver tem forte elenco masculino, conta ainda com Kevin Spacey e Jamie Foxx.

(trailer All Eyez On Me)

All Eyez On Me conta a história do rapper, actor e poeta norte-americano Tupac Shakur que morreu em 1996 aos 25 anos.

O filme percorre momentos da vida pessoal e artística de uma das vozes mais influentes do hip hop do século XX, incluindo o momento em que cumpriu pena por abuso sexual.

Tupac interpretava o chamado "gangsta rap", um género que vangloria a violência.

"All Eyez on Me" é uma referência último álbum editado em vida por O filme é assinado por Benny Boom. Demetrius Shipp Jr. é Tupac.

(It Comes At Night)

Já It Comes at Night é um *thriller* psicológico que conta a história de um homem isolou a família numa casa remota, longe de um vírus que está a matar a humanidade.

Tudo começa a ser posto em causa quando acolhem uma outra família que chega ao local. Desconfiança, paranóia, florestas sinistras são ingredientes do filme com Joel Edgerton, Kelvin Harrison Jr. e Christopher Abbott no elenco.
A história foi escrita e realizada por Trey Edward Shults

(The Beguiled)

E o novo filme de Sofia Coppola, The Beguiled…. passa-se durante a Guerra Civil Americana … Um internato para raparigas do sul do

país recebe a visita de um soldado inimigo ferido e que vai mexer com o equilíbrio neste enclave feminino.
Colin Farrel é o soldado, Nicole Kidman, Kirsten Dunst e Elle Fanning alguns dos nomes do grupo de mulheres.

The Beguiled é um remake do filme Ritual de Guerra de 1971 que contou com a actuação Clint Eastwood.

The Big Sick

E a última sugestão da BBC é uma comédia. "The Big Sick", o actor paquistanês Kumail Nanjiani interpreta-se a si mesmo, embora não passe tudo de ficção.

Trata-se da história de amor entre Kumail e a norte-americana Emily Gordon, interpretada por Zoe Kazan.

A família de Kumail não aprova a relação entre os dois. Quer que ele opte por um casamento de conveniência com alguém da mesma cultura.

The Bick Sick é do realizador Michael Showalter.

Nós ficamos por aqui. Até para a semana.

[Ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Rui Flores, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus +.

Estamos no Facebook em Magazine Europa.